

Reflexões e recomendações sobre a cobertura da educação na imprensa escrita nacional

A partir do segundo semestre de 2005, o Observatório da Educação/Ação Educativa, iniciou a análise sistemática da cobertura da educação na imprensa escrita nacional. Paralelamente a este trabalho, foram implementadas atividades e ações estratégicas com vistas a, de um lado, interagir e intervir nesta cobertura e, de outro, buscar aproximação com profissionais no sentido de apoiar e subsidiar seu trabalho no sentido de incorporarem em suas atividades os princípios da educação como direito humano, portanto universal, indivisível, interdependente e destinado a promover e garantir a dignidade humana.

Este conjunto de atividades suscitou reflexões que, acreditamos, podem contribuir tanto para o exercício dos profissionais de comunicação, como para atores da sociedade civil, em particular, a comunidade escolar e aqueles que atuam no marco da defesa dos direitos educativos.

Os primeiros encontrarão neste texto recomendações que possibilitarão estruturar seu trabalho de maneira a contribuir com a efetivação dos direitos educativos. Os demais poderão fazer uso deste instrumento para compreender a dinâmica do trabalho jornalístico, o que possibilita a análise crítica da leitura de jornais.

Algumas indicações

Os profissionais

No monitoramento da cobertura educacional e também no contato cotidiano com jornalistas que atuam na área, foi possível observar **possibilidades e limites do trabalho** destes profissionais. Muitos deles estão abertos a sugestões de novas pautas e fontes para uma melhor cobertura educacional.

Entretanto, a análise da cobertura mostrou que esses profissionais têm sido constantemente desafiados pela complexidade dos temas relacionados, sobretudo, à educação básica. Exemplos de cobertura que motivaram essa reflexão são a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos e a matrícula aos seis anos no primeiro ano do ensino fundamental. Era evidente que os profissionais não estavam a par das nuances legislativas e políticas, nem mesmo da totalidade de atores envolvidos nesses episódios.

Outra dificuldade comum – desta vez mais atribuída ao veículo que ao profissional – tem sido a conquista de espaço em seus veículos para notícias de educação, bem como a liberação de tempo para que possam investigar e apurar a pauta com mais critérios e profundidade. Além disso, fica evidente que alguns jornais simplesmente não demonstram interesse em publicar sobre determinados temas. Assim, por mais que o jornalista insista em alguma pauta, não encontrará espaço.

Outro ponto demonstrado durante o relacionamento com os profissionais foi a importância da existência de jornalistas para trabalharem exclusivamente com assuntos educacionais. Em jornais onde há a figura do “setorista”, a cobertura de educação ganha em espaço e em qualidade – já que o profissional ganha acúmulo de conhecimento e “faro” para novas descobertas na área.

O fato de, em muitos veículos, não existir a figura desse profissional especialista em educação repercute também na frequência com que os temas educacionais são abordados. Verificamos, por exemplo, que o calendário eleitoral afeta essa cobertura, pois além de notar uma significativa redução no espaço dedicado a esses assuntos, a cobertura regional sobre educação também foi bastante pautada pelo debate eleitoral. Nesse sentido, em 2006, notou-se que o debate esteve pautado mais pelas posições dos candidatos com relação a temas polêmicos, em geral relacionado à qualidade da educação, sem contudo realizarem uma discussão abrangente sobre seus programas e propostas. Por outro lado, o início de ano letivo é marcado por um grande número de matérias pouco críticas sobre a compra de material didático, o período de matrículas, a volta às aulas, etc.

Com relação ao calendário da cobertura educacional, também notamos que a divulgação de relatórios e rankings nacionais e internacionais que tratam diretamente ou indiretamente da educação pautam de maneira importante e generalizada a mídia brasileira. São exemplos a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), do IBGE; os relatórios de monitoramento global da Iniciativa da Educação para Todos da Unesco; e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU. Ainda é um desafio aos comunicadores conseguir diversificar as abordagens, em geral, restritas aos resultados imediatos e reflexões dos próprios responsáveis pelas pesquisas.

Em relação às fontes consultadas, já se havia observado que prevalece sempre a voz oficial, do poder público. A maioria das matérias é pautada por governos municipais, estaduais ou pelo ministério da Educação. A participação da sociedade civil fica em segundo plano. E o mesmo acontece nos espaços de opinião, com um agravante: é comum os jornais darem espaços a secretários de educação ou especialistas no tema. Raro, no período analisado, foi encontrar artigos de opinião de professores, diretores ou mesmo alunos. A comunidade escolar parece renegada a uma participação ainda mais pontual.

Recomendações

1) Os profissionais que cobrem educação devem buscar capacitação específica em temáticas da educação. O funcionamento do orçamento público, indicadores para a qualidade da educação, leis e normas relacionadas ao tema e manipulação dos indicadores educacionais são alguns dos aspectos que merecem especial atenção dos

comunicadores. Algumas organizações da sociedade civil oferecem cursos, oficinas e material especializado sobre os temas.

2) Diversificação das fontes - as organizações da sociedade civil, a comunidade escolar (pais, professores e alunos) e os centros de pesquisa e universidades, são importantes fontes na identificação de temas e abordagens ausentes do repertório dos órgãos oficiais e devem ser consideradas.

A concepção de educação

A análise da cobertura ao longo do ano de 2006 mostrou que falta, tanto por parte do veículo como dos próprios jornalistas, a compreensão de que a educação é um direito humano assegurado a todo cidadão e cidadã. Essa lacuna se evidencia de diversas formas no noticiário.

Um sintoma evidente é o fato de raramente os textos jornalísticos utilizarem a legislação – nacional e internacional – como referência. No período analisado, entre os exemplos estão matérias que falavam sobre a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos. Elas abordavam as polêmicas, vantagens e desvantagens, bem como os transtornos causados pela mudança na seriação. Porém, não consideravam a existência do Plano Nacional de Educação, que já havia recomendado tal proposta.

Recomendações

1) Os profissionais devem fundamentar suas reportagens em leis e outras normas, de maneira a contribuir com a constituição de uma cultura de direitos, em oposição às práticas clientelistas e de favorecimento que marcam a sociedade brasileira.

2) Tanto quanto possível, as reportagens que apresentam violações de direitos educativos devem apontar os mecanismos de judicialização para a superação da violação. Seria uma ação educativa da mídia informar onde e como as pessoas devem reclamar oficialmente seus direitos.

O sistema de justiça como referência

Outro ponto que deixa evidente o não-tratamento da educação como um direito é a ausência do poder judiciário como fonte. Nos casos explícitos de violação – que vão desde a falta de vagas nas escolas até as más condições do transporte escolar e financiamento – raramente se vê a posição de órgãos do Sistema de Justiça nas reportagens.

Na outra ponta dessa mesma tendência, observa-se, também, a pouca valorização de iniciativas de exigibilidade e justiciabilidade da educação. São diversos os grupos da sociedade civil que reivindicam na

Justiça a concretização do direito à educação, assim como existem inúmeras recomendações dos Ministérios Públicos a respeito do tema. Essas iniciativas, porém, dificilmente são noticiadas nos meios de comunicação.

Outra forma de se perceber como a educação não é vista como direito é pelo fato de suas violações não serem tratadas como tal. São de praxes as matérias de denúncias de falta de vagas, problemas na merenda ou impedimento no repasse de financiamentos. Porém, os autores raramente deixam claro ao leitor que tal situação é caracterizada como uma violação de direito, com respaldo legal.

Recomendações

- 1) Indica-se o estreitamento de laços entre os comunicadores e o sistema de justiça, fazendo deste uma fonte permanente da cobertura educacional.
- 2) É necessário, nesse caso, deixar em evidência para o leitor as violações que estão sendo objeto da matéria jornalística – sejam elas praticadas pelo Estado ou pela sociedade civil.

O público e o privado

Se a educação é vista como direito, parte-se do pressuposto que o Estado tem papel bem definido em sua promoção e defesa. Assim, quando a imprensa aborda temas ligados a políticas públicas e governos, deveria considerar esse fato. Mas nem sempre é o que se observa. Muitas vezes é noticiada uma ação estatal como algo “generoso” por parte do poder público – quando de fato deve ser considerada não mais que o cumprimento de seu papel.

A não percepção da responsabilidade do Estado também pode trazer sérios riscos de entendimento quando os governos se omitem de sua função primordial. No início deste ano, a prefeitura de São Paulo apresentou um projeto de lei (PL 196/06) que passa às organizações sociais a gestão das instituições de ensino. Ou seja, no limite, as escolas públicas poderiam ser geridas por diferentes entidades, e o poder público não mais se responsabiliza por sua gestão. Essa grave violação passou silenciosamente pelos veículos de comunicação. Apenas um diário paulista pautou o tema.

Da mesma forma, a atuação de ONGs e empresas privadas no cotidiano escolar é divulgada sempre de maneira positiva, quase como gestos de filantropia em compensação à ineficiência do Estado. Invariavelmente não são questionadas a impossibilidade de universalização de ações por estas instituições – requisito primordial das políticas públicas -, tampouco a transferência de responsabilidade das obrigações estatais, ou ainda os interesses privados escamoteados em muitas dessas ações.

Recomendações

- 1) Os meios de comunicação devem cobrar de maneira incisiva do poder público o cumprimento de seu papel.
- 2) A cobertura educacional deve ser vigilante em relação aos interesses privados, que muitas vezes se sobrepõem aos públicos ainda que de forma dissimulada.
- 3) Sem desconsiderar que os veículos de comunicação são empresas e, como tal, buscam atender aos interesses de seus “clientes”, geralmente oriundos da classe média e, portanto, usuários do ensino privado, recomenda-se que temas vinculados ao sistema público de ensino devem se sobrepôr àqueles relativos à rede privada

A universalidade como princípio

Por fim, uma última evidência da falta de compreensão da educação como direito é a não consideração da universalidade desse direito – se é direito humano, é direito de todos e todas. O que pode parecer uma obviedade provocaria grandes mudanças na cobertura de educação se assim fosse entendida pelos veículos e profissionais. Atualmente, grupos socialmente vulnerabilizados – como indígenas, quilombolas, pessoas privadas de liberdade, além daquelas que vivem em situação de pobreza, entre outros - têm espaço restrito na cobertura educacional, quando justamente deveria ocorrer o contrário. Por terem seus direitos mais violados, deveriam ter maior atenção da mídia.

Recomendações

- 1) Indica-se a ampliação do espaço dado nos veículos às políticas educacionais voltadas a esses grupos.
- 2) Indica-se o questionamento ao poder público sobre a ausência de informações – indicadores estatísticos e pesquisas -, sobre a situação educacional desses grupos.
- 3) A cobertura de ações e políticas educacionais deve dedicar especial atenção ao público a que se destina, perseguindo sempre seu caráter universal, o que pode significar, inclusive, a necessidade de ações afirmativas. Esta informação é preciosa para elucidar a opinião pública sobre a função das ações afirmativas em educação.
- 4) As desigualdades territoriais do Brasil impõem que a cobertura educacional apresente informações que deixem claro a consideração, ou não, desses fatores na ação do poder público.

Análise de Mídia na Ação Educativa – algumas considerações

A experiência da Ação Educativa no campo da análise de mídia iniciou-se em 2005, por meio do acompanhamento sistemático da cobertura educacional da mídia impressa e a publicação do boletim eletrônico “Educação em Pauta”, elaborado em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância - Andi e destinado a divulgar a análise dessa atividade aos comunicadores. O projeto tinha como objetivo geral a aquisição de conhecimento sobre aspectos relevantes da cobertura da mídia impressa nacional referente à Educação, de modo a lograr uma maior incidência na mesma. Entre os objetivos específicos estavam: conhecer como a sociedade nacional vem sendo informada pela imprensa sobre Educação: a abordagem, as fontes ouvidas, o discurso utilizado, a pluralidade (ou não) de pontos de vista veiculados pela mesma, a diversidade de conteúdos e os comunicadores que pautam a questão; desenhar intervenções para elevar e aprimorar a cobertura sobre o tema educacional; estreitar e aprimorar relações com comunicadores, de modo a qualificar a ação dos mesmos na imprensa.

Entre novembro de 2005 e junho de 2006 foram publicadas quatro edições do boletim *Educação em Pauta*, que analisava a cobertura educacional de 35 jornais de todo o país e das quatro principais revistas semanais. A distribuição, na primeira edição, ficou restrita aos comunicadores que já mantinham relação de proximidade com o Observatório da Educação – cerca de 50 -, e com aqueles que compõem a Rede Andi. A partir da segunda edição, o Observatório investiu num *mailing* nacional especializado, ampliando a distribuição para mais de 500 jornalistas que cobrem educação. Dessa forma, o boletim chegou às redações de todo o País, incluindo jornais impresso, rádios e emissoras de TV.

Essa primeira experiência de análise de mídia foi avaliada de maneira positiva, pois a reflexão sistemática sobre a cobertura dos temas educacionais contribui para o aprimoramento do exercício da profissão do jornalista. Além disso, o acompanhamento contínuo dos textos publicados possibilita a identificação de tendências nas políticas educacionais nacionais, que dificilmente seriam apontadas através de documentos oficiais, seja do governo federal, ou dos governos locais.

A terceira edição do *Educação em Pauta*, por exemplo, após a montagem de um quebra cabeça com notícias de todo o país, registrou a proliferação de projetos educativos, promovidos por governos e também por ONGs, realizados de maneira isolada, pulverizada, sem objetivos ou perspectiva de avaliação claros. Reportagens, em todos os estados, anunciavam experiências destinadas a "melhorar a qualidade da educação", mas sem qualquer correspondência com políticas públicas. Essa informação inspirou a seção "Especial" daquele boletim, que apontou caminhos para a mídia abordar a temática da qualidade da educação.

Entretanto, após avaliações informais feitas com alguns comunicadores, percebemos que a extensão do boletim - entre 10 e 12 páginas - não propiciava fácil leitura. Observaram que, apesar de tratar de temas que consideram relevantes para seu trabalho, dificilmente o lêem na íntegra devido à extensão. Entendemos esse comentário como uma pista importante para o aprimoramento das atividades de análise de mídia no próximo período.

Outro aprendizado diz respeito à necessidade de as análises possibilitarem intervenções imediatas – seja com retornos pessoais para jornalistas, ou produção de artigos, ou respostas públicas de diferentes atores. Enfim, o tempo da informação requer agilidade na resposta. Dessa forma, consideramos que a periodicidade bimensal não é ideal para este objetivo.

Assim, no segundo semestre de 2006, o Observatório da Educação buscou dar continuidade à experiência de análise da cobertura da imprensa sobre educação de uma forma mais ágil. Para tanto, em agosto foi criado o boletim eletrônico “Ação na Mídia”, distribuído semanalmente a cerca de 600 jornalistas de todo o País, com o objetivo de comentar a cobertura educacional de 74 jornais impressos, além de quatro revistas semanais. O informativo, de 40 linhas, em média, aponta as tendências de cobertura verificadas no período em questão, apresenta alternativas de fontes para os temas abordados e indica possíveis abordagens para os mesmos temas.